

**P**or que iniciar o trabalho de preservação pelo "Centro Histórico" e não pelo tombamento de bens isolados?

Esse trabalho adotou uma orientação geral que foi proposta por mim quando se discutia a abertura do processo de tombamento do Hotel Vitória. Naquela ocasião, propus que não trabalhássemos considerando edifícios isolados, mas conjuntos de bens que guardassem relações significativas entre si, tomados no seu contexto urbanístico. Amplamente debatido pelos membros do Conselho e pelos técnicos, esse princípio foi adotado com entusiasmo. De fato, inaugurávamos uma nova etapa na metodologia de preservação. Até então, apenas as chamadas "cidades históricas", ou seja, os núcleos urbanos relativamente mais homogêneos e apresentando alta densidade de edifícios de interesse, haviam sido tratados dessa maneira. O nosso Conselho resolveu enfrentar corajosamente o problema de identificar, articular e preservar através de medidas práticas um conjunto fragmentário de bens remanescentes num contexto extremamente dinâmico e que apresenta alto grau de heterogeneidade, como é o caso do centro de Campinas. Foi assim que começamos. Tínhamos pouco tempo pela frente e preferimos definir prioridades. Fomos diretamente à questão fundamental e elegemos a área que apresentava um volume maior de problemas relativos às novas construções.

Considerávamos também urgente resolver pendências antigas que haviam sido geradas pela não-regulamentação de diversas áreas envoltórias de bens tombados pelo Condephaat, além de dar início a um trabalho de âmbito municipal propriamente dito e que seria inaugurado com tombamentos novos.

**Que conjunto de bens está sendo preservado pela Resolução nº 1 de 19 de dezembro de 1988?**

Selecionamos os imóveis que, pelo menos numa primeira aproximação, melhor expressavam o perfil de Campinas oitocentista, que tão profundamente marcou a nossa formação cultural e identidade urbanística. Além disso, preferimos trabalhar com imóveis que estivessem relativamente

proximos uns dos outros, de modo que houvesse interligação entre as áreas envoltórias, incluindo entre eles bens tombados pelo Condephaat. Assim, abrimos processo de tombamento para os antigos solares dos barões de Itapura, de Itatiba e de Ataliba Nogueira, o do Visconde de Indaibatuba e a Catedral Metropolitana. À Capela de N. S. da Boa Morte demos um tratamento separado, por um questão de conveniência de trabalho e por tratar-se de bem localizado a uma certa distância do antigo centro. Esse conjunto de imóveis e outros existentes em suas imediações, com as suas respectivas áreas envoltórias, definiam uma mancha que recobria uma das mais antigas áreas de ocupação urbana deste município. De fato, essas edificações se localizam nas imediações do antigo Pouso de Tanquinho (atuais praças Bento Quirino e Antonio Pompeu) onde foram localizados o pelourinho, a cadeia e a câmara, além da antiga matriz, edifícios que efetivamente constituíram o centro da antiga cidade. A ele se tinha acesso pelas antigas ruas de cima (Barão de Jaguará), do meio (Dr. Quirino) e de baixo (Luzitana). Decidimos que esta seria a primeira área a ser analisa-

da pelo conselho e que a ela, progressivamente outras deveriam ser incorporadas à medida que fosse avançando o trabalho de preservação. Marco zero do Campinas, marco zero do Condepacc. A partir de minucioso estudo de cada uma das edificações existentes nessa área, definimos altura e recuo das novas construções, identificamos os imóveis cuja destruição acarretaria prejuízo à inteligibilidade do contexto em que foram construídos os bens tombados e cuja conservação era necessária para a compreensão das principais transformações ocorridas nessa área. Identificamos, também outros bens que deveriam merecer estudo mais pormenorizado através de processo de tombamento próprio. Assim, não se tombou o centro, como tem sido dito por algumas pessoas mal-informadas. No final desse processo, tombamos apenas quatro edificações e criamos normas de preservação que deverão nortear as transformações que vierem a ocorrer nessa área. Além disso, a Resolução nº 1 faz recomendações quanto à administração da área pelo poder público, inclusive sobre a colocação de painéis de propaganda, fiação, postea-

mento, tratamento visual da área, etc. Propusemos uma efetiva valorização do centro, abrindo espaço para o advento do novo que seja compatível com o presente e com o passado desta cidade. Criamos entraves à destruição pura e simples de bens de interesse, sugerindo a configuração de um "corredor cultural", que atravessa a área em diagonal, por assim dizer, acompanhando as ruas onde há maior incidência de imóveis antigos e onde foi possível manter mais baixos os gabaritos das novas construções (rua Luzitana, praças Bento Quirino e Antonio Pompeu, rua Barão de Jaguará, Largo do Rosário, Catedral e Palácio dos Azulejos). Maiores detalhes os leitores interessados encontrarão no Diário Oficial do Município, de 29 de dezembro de 1988.

### **Como se tomaram essas decisões?**

Tendo em vista a legislação vigente, as decisões sempre foram tomadas em reuniões do colegiado do Condepacc, com base em estudos preliminares e após cuidadosa discussão, respeitados os prazos para contestação e recurso. O colegiado recomendou una-

nimente a adoção das medidas defendidas pelos relatores e pelo grupo de trabalho que elaborou a proposta de regulamentação das áreas envoltórias, com base em levantamentos feitos pela Coordenadoria do Patrimônio Cultural e em estudos que haviam sido anteriormente apresentados ao Condepacc pelo Condephaat. Eu acolhi com muita segurança a recomendação feita pelo conselho e assinei a Resolução convencido de que estava agindo corretamente. Portanto, trata-se de medida bem fundamentada, tanto em estudos técnicos quanto no bom senso dos representantes das diversas entidades que integravam o Conselho.

### **O Conselho conclui todas os processos que foram abertos durante o governo Magalhães Teixeira?**

Infelizmente não pudemos concluir todos os processos. Esforçamo-nos para fazê-lo sem prejudicar a qualidade e a seriedade de cada decisão tomada, sempre obedecendo aos prazos estabelecidos pela lei. Mas fatos escaparam ao nosso controle e nos impediram de concluir o que desejávamos.

**Que tipo de impedimentos houve?**

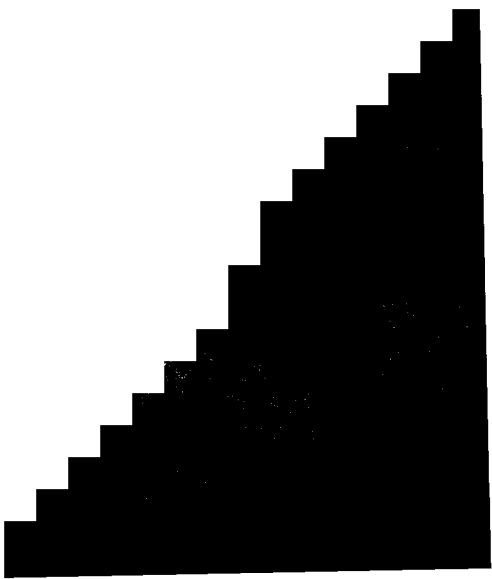
Por exemplo, no caso da instrução do processo do Hotel Vitória, contratamos para elaboração de um parecer técnico um arquiteto com certa experiência no assunto e que se disse capaz de concluir os levantamentos necessários dentro dos prazos existentes. Infelizmente, alguns tópicos do seu relatório tiveram de ser refeitos e complementados. Uma das grandes dificuldades da preservação é encontrar profissionais competentes. Como já dizia o mestre Luiz Saia, no Brasil a preservação é feita muitas vezes com amor e também com falta de respeito, referindo-se à incompetência desses supostos profissionais. Por essa razão, deixamos o processo do Hotel Vitória para ser concluído pelos nossos sucessores.

**Por que a Resolução nº 1 foi assinada apenas em 19 de dezembro, às vésperas da posse do novo prefeito?**

O tempo necessário para se concluir um processo de tombamento, obedecidos os prazos legais, é de 4 meses no mínimo. Decidido o tombamento é necessário elaborar o projeto de regulamentação da área envoltória, a minuta da resolução a ser publicada, planta etc. No caso aqui considerado, trabalhamos em tempo recorde, dada à complexidade do objeto proposto e tendo em vista que este era o primeiro tombamento que realizávamos no conselho. Isso implicava que a rotina de trabalho fosse sendo implantada à medida que cada etapa do processo ia sendo vencida. Desejávamos concluir o que havíamos começado, por uma questão de responsabilidade pública e de respeito pelas pessoas afetadas.

**O trabalho está concluído?**

Absolutamente não. Apenas começamos. Agora é necessário informar amplamente a população e implementar na prática as medidas que foram preconizadas por aquela Resolução. Além disso, outras áreas da cidade e da zona rural do município devem merecer estudos e em função dos quais possivelmente serão tomadas outras medidas pelo Conselho em sua nova composição.





O ex-secretário Antonio Augusto Arantes Neto finalmente revelou os passos e os critérios técnicos do projeto